

A colonização do Espírito Santo começou no município de Vila Velha quando, em 23 de maio de 1535, os portugueses aportaram na Prainha, entre os morros de Jaburuna e da Penha. Ali fundaram uma pequena vila, com aproximadamente 40 casas de palha e uma capela, denominada Vila do Espírito Santo, que 20 anos mais tarde passou a se chamar Vila Velha. Esse registro marca o berço da história capixaba que, certamente, poucos conhecem, em parte pela falta de um local que abrigue marcas de nossa "memória-colonial".

O complexo arquitetônico da Prainha — hoje bastante descaracterizado — guarda traços dessa época apenas com o Convento da Penha e a Igreja do Rosário. O único casarão que restou — construído no século passado —, foi desapropriado pelo Estado e vai tornar-se um museu já denominado Casa da Memória. O local servirá (em termos) para "resgatar e preservar a memória vilavelhense e capixaba", abrigando mapas, documentos, fotografias, livros, mobiliário e registros fonográficos. Localizada na Praça Tamandaré, a Casa da Memória tem inauguração prevista para o dia 23 de maio, dia em que se comemora a colonização do solo espírito-santense.

A casa que abrigará o museu foi construída em 1891 — portando há 100 anos —, uma raridade no meio de tantas construções modernas na área. O projeto é de autoria do arquiteto José Daher Filho, e as obras começaram em dezembro último. O Governo do Estado, através do Departamento Estadual de Cultura, gastará quase Cr\$ 18 milhões com a restauração, e a proposta é de que o DEC, juntamente com a Associação de Moradores da Prainha, administrem o museu.

A Casa terá as seguintes divisões: cinco cômodos para exposições, sala de recepção, miniauditório para palestras e vídeo, biblioteca com duas salas de leitura, três salas para acervos (livros, mapas, slides, etc) e ainda uma praça interna (com bancos e plantas) para lançamentos de li-

Resgatando o passado

Vila Velha vai ganhar um museu, para preservar sua memória

Foto de José A. Magnago



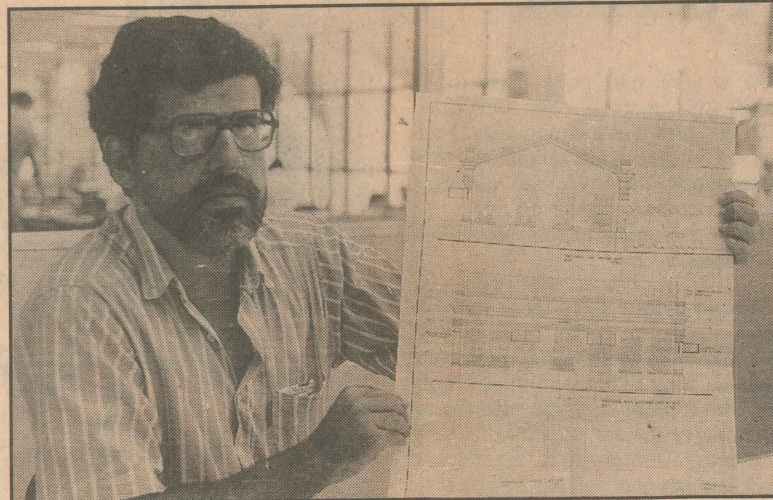
Esta casa abrigará a Casa da Memória de Vila Velha, depois de restaurada

Foto de Chico Guedes

vros e exposições. A AMP está aceitando qualquer tipo de objeto (gravuras, fotos, quadros...) que venha a aumentar os registros de memória do museu. A Associação mandará um pesquisador à Biblioteca Nacional (RJ), além de Portugal, Itália e Alemanha para recolher dados sobre o Espírito Santo.

Incêndios

A campanha para a construção de um museu na Prainha teve início em 85, através da AMP. "Isto porque era inadmissível que o local mais antigo da colonização no Estado não tivesse um museu. O do Convento da Penha é mais religioso e se encontra fechado à visitação pública", esclarece Roberto Brochado Abreu, presidente da Associação de Moradores. Ainda de acordo com ele, Vila Velha sempre perdeu para Vitória a sua autonomia e os seus registros, acarretando grande "vazio de memória" para o município.



Roberto Brochado Abreu: presidente da Associação dos Moradores da Prainha

Além da bandada do acervo para outras cidades, aconteceu ainda a desconsideração pelos registros históricos do município por parte das autoridades locais. Segundo Roberto, consta que dois prefeitos, nas décadas de 50

e 60, determinaram dois incêndios em arquivos repletos de documentos. E na última década, outro prefeito removeu (este não queimou), "sem o mínimo de cuidado", o que restou de documentos em caminhões de lixo pa-

ra o bairro do Ibes, acomodando-os debaixo de uma arquibancada, "sob goteiras, morcegos e cupins", diz Roberto Abreu, que completa: "um povo sem memória não tem futuro".

Quanto à Casa da Memória, Roberto é de opinião de que ela deve funcionar "como uma coisa viva" e que venha a espelhar a realidade capixaba, voltada para o passado e para o futuro.

Polêmica

A construção do museu por parte do Governo do Estado criou uma certa polêmica com a Prefeitura de Vila Velha. Esta reivindicava o local para ampliar o museu Homero Massena, que fica ao lado da Casa da Memória. Segundo o secretário de Cultura da PMVV, Ivan Ramalho, a idéia inicial seria expandir o Homero Massena, que já não tem espaço para abrigar trabalhos de novos artistas, deixando seu acervo limitado. "Fizemos esta proposta ao Governo, que simples-

mente não a discutiu e nem tomou conhecimento. Esta casa que está sendo restaurada era a única opção que tínhamos para ampliar o Massena", afirma Ramalho.

O secretário diz ter estranhado — depois de várias solicitações da prefeitura para discutir o assunto — ver o processo em que o Estado desapropriava a casa para construir ali um museu etnográfico. "Nós então questionamos, pois o local, devido ao espaço, não era adequado para esta realização. Eles partiram para outra opção, como a Casa da Memória, para justificar culturalmente a ocupação do espaço", esclarece ele.

De acordo ainda com Ivan Ramalho, Maurício Silva (diretor do DEC) sempre tentou se aproximar da PMVV e esta procurou fazer a mesma coisa. "Mas forças palacianas sempre arranjaram subterfúgios para que isso não acontecesse", diz ele, para em seguida concluir: "Se um Governo quer desenvolver qualquer atividade cultural em um município, ele tem que primeiro ouvir o órgão municipal envolvido diretamente, pois estes estão mais perto da atividade artística local".

O diretor do DEC, Maurício Silva, prefere não polemizar o assunto, ressaltando que o Governo Max Mauro investiu consideravelmente na preservação do patrimônio e da memória capixabas. "Estamos tentando resgatar quase 500 anos da nossa história, com a restauração do Convento da Penha, a Igreja do Rosário, o Porto de São Mateus e o teatro Carlos Gomes. Foram feitos projetos para as cidades de Santa Leopoldina e São Pedro do Itabapoana. Iremos recuperar, ainda, o prédio da Companhia de Melhoramentos de Vitória (em frente à Fafi), que foi repassado ao DEC, e que vai abrigar o futuro museu de arte de Vitória", comenta Maurício. O DEC, segundo seu diretor, vem procurando sensibilizar a iniciativa privada capixaba para que invista na restauração e preservação do patrimônio histórico do Estado. (José Carlos Mattedi)